

# SUMÁRIO

---

## Capítulo I PROCEDIMENTO COMUM

1. Fundamento legal .....	21
2. Finalidade.....	21
3. Petição inicial .....	21
3.1. Tutela provisória .....	22
3.1.1. Tutela de urgência: aspectos gerais.....	23
3.1.1.1. Tutela de urgência antecipada .....	32
3.1.1.2. Tutela de urgência cautelar .....	44
3.1.2. Tutela antecipada de evidência .....	64
3.2. Foro competente .....	73
3.3. Representação em juízo .....	76
3.4. Pedido .....	77
3.4.1. Aditamento do pedido .....	79
4. Despacho inicial	
4.1. Petição inicial não preenche os requisitos do artigo 319 .....	79
4.1.1. Emenda realizada pelo autor nos termos determinados pelo magistrado .....	79
4.1.2. Emenda não realizada pelo autor ou, que não preenche às exigências determinadas pelo magistrado .....	79
4.2. Petição inicial preenche os requisitos do artigo 319 .....	80
4.3. Indeferimento da petição inicial .....	80
4.3.1. Causas de inépcia.....	80
4.3.2. Recurso cabível contra o indeferimento da petição inicial.....	81
4.4. Improcedência liminar do pedido.....	81
4.4.1. Não interposta apelação.....	82
4.4.2. Interposta apelação .....	82
4.4.3. Julgamento da apelação .....	82
4.5. Deferida petição inicial .....	82
4.5.1. Detalhes da audiência de tentativa de conciliação ou de mediação .....	82
5. Contestação .....	83
5.1. Termo inicial do prazo .....	84
5.2. Preliminares dos que o réu deverá arguir .....	85
5.2.1. Alegação de ilegitimidade passiva na contestação pelo réu ou não ser ele o responsável pelo prejuízo (artigo 338).....	85
5.2.2. Impugnação específica dos fatos .....	86
5.2.3. Princípio da eventualidade .....	86
5.3. Reconvenção.....	86
6. Revelia.....	86
7. Das providências preliminares e do saneamento .....	87

7.1. Da não incidência dos efeitos da revelia .....	87
7.2. Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor alegado pelo réu na contestação .....	87
8. Do julgamento conforme o estado do processo .....	88
8.1. Da extinção do processo (artigo 354).....	88
8.1.1 Do julgamento antecipado do mérito .....	89
8.2. Do julgamento antecipado parcial de mérito (artigo 356).....	89
8.3. Do saneamento e organização do processo .....	89
9. Da audiência de instrução e julgamento (artigo 358) .....	90
9.1. Produção da prova oral na audiência.....	91
10. Orientações para identificar a peça .....	91
10.1. Estrutura da peça .....	92
10.1.1. Endereçamento – a quem se dirige?.....	92
10.1.2. Preâmbulo .....	92
10.1.3. Exposição dos fatos .....	95
10.1.4. Do direito.....	95
10.1.5. Provas .....	95
10.1.6. Pedido .....	95
10.1.7. Valor da causa .....	96
11. Peça .....	96

## **Capítulo II** **CONTESTAÇÃO**

1. Cabimento .....	99
2. Termo do prazo contestacional.....	99
3. Eventualidade – Concentração da Defesa .....	99
4. Preliminares.....	100
5. Prescrição e decadência .....	101
6. Alegação de Ilegitimidade .....	101
7. Alegação de Incompetência Absoluta e Relativa .....	102
8. Ônus da Impugnação Especificada .....	102
3. Estrutura da peça .....	103
3.1. Endereçamento – a quem se dirige?.....	103
3.2. Preâmbulo .....	103
3.3. Preliminares e Mérito.....	104
3.4. Pedido .....	104
4. Peça .....	105

## **Capítulo III** **RECONVENÇÃO**

1. Fundamento legal.....	107
2. Finalidade .....	107

3. Prazo .....	107
4. Cabimento .....	108
5. Conexão com a Ação Principal ou Mesmo Fundamento da Defesa .....	108
6. Foro competente .....	108
7. Ampliação Subjetiva .....	109
8. Legitimidade .....	109
9. Procedimento - Autonomia .....	109
10. Recursos cabíveis .....	110
11. Reconvenção à Reconvenção .....	110
12. Orientações para identificar a peça .....	111
13. Orientações para a confecção da peça .....	111
14. Estrutura da peça .....	111
15. Peça .....	113

#### **Capítulo IV**

### **INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO**

1. Fundamento legal .....	116
2. Finalidade .....	116
3. Cabimento .....	116
4. Prazo .....	117
5. Foro competente .....	118
6. Legitimidade .....	118
7. A suspensão do processo .....	118
8. Procedimento .....	119
9. Orientações para identificar a peça .....	119
10. Orientações para a confecção da peça .....	119
11. Estrutura da peça .....	119
12. Peça .....	122

#### **Capítulo V**

### **INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO**

1. Fundamento legal .....	124
2. Finalidade .....	124
3. Cabimento .....	124
4. Prazo .....	125
5. Foro competente .....	126
6. Legitimidade .....	127
7. A suspensão do processo .....	127
8. Procedimento .....	127
9. Orientações para identificar a peça .....	128

10. Orientações para a confecção da peça.....	128
11. Estrutura da peça .....	128
13. Peça .....	130

**Capítulo VI**  
**PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA**

1. Fundamento legal.....	132
2. Cabimento .....	132
3. Finalidade .....	133
4. Foro competente.....	133
5. Legitimados para propor a Ação Monitória .....	133
6. Procedimento .....	134
7. Orientações para identificar a peça .....	134
8. Orientações para a confecção da peça.....	134
9. Estrutura da peça .....	134
10. Modelo de Peça.....	136

**Capítulo VII**  
**FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OBRIGAÇÃO  
DE QUANTIA CERTA – IMPUGNAÇÃO**

1. Fundamento legal.....	138
2. Finalidade .....	138
3. Cabimento .....	138
4. Foro competente.....	138
5. Legitimados .....	139
6. Procedimento .....	139
7. Procedimento da Execução Definitiva.....	139
9. Da Impugnação.....	140
10. Orientações para identificar a peça .....	141
11. Estrutura da peça .....	141
12. Modelo da peça.....	143
13. Modelo da peça.....	144

**Capítulo VIII**  
**TEORIA GERAL DOS RECURSOS**

1. Princípios gerais em matéria de recursos .....	146
1.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	146
1.2. Princípio da taxatividade .....	146
1.3. Princípio da unicidade .....	147

1.4. Princípio da consumação .....	147
1.5. Princípio da complementariedade.....	148
1.6. Princípio da dialeticidade.....	148
1.7. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	148
1.8. Princípio da fungibilidade .....	148
2. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito .....	149
2.1. Requisitos de admissibilidade.....	149
2.1.1. Intrínsecos .....	149
2.1.2. Extrínsecos .....	154
3. Efeitos dos recursos.....	157
3.1. Efeito devolutivo.....	157
3.2. Efeito suspensivo .....	158
3.3. Efeito translativo.....	158
3.4. Efeito expansivo.....	159
3.5. Efeito substitutivo.....	159
3.6. Efeito ativo .....	160

## Capítulo IX APELAÇÃO

1. Cabimento .....	161
2. Requisitos de admissibilidade.....	161
3. Efeitos da apelação .....	161
4. Fato novo .....	162
5. Processamento .....	162
6. Decisões interlocutórias não agraváveis.....	162
7. Estrutura da peça.....	163
7.1. Endereçamento – a quem se dirige? .....	163
7.2. Preâmbulo .....	163
7.3. Fundamentos de fato e de direito .....	164
7.4. O pedido de nova decisão.....	164
7.5. Requerimento .....	165
8. Peça.....	165

## Capítulo X AGRAVO DE INSTRUMENTO

1. Cabimento .....	170
2. Requisitos de admissibilidade.....	171
2.1. Efeitos do agravo de instrumento .....	172
2.2. Competência e Processamento .....	172
2.3. Estrutura da peça.....	174
2.3.1. Considerações iniciais.....	174
2.3.2. Endereçamento – a quem se dirige? .....	174
2.3.3. Preâmbulo .....	174
2.3.4. Exposição de fato e de direito .....	175

2.3.5. As razões do pedido de reforma da decisão .....	175
2.3.6. O nome e o endereço completo dos advogados, constantes do processo .....	175
2.3.7. Requerimento .....	175
3. Peça .....	176

## **Capítulo XI**

### **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

1. Cabimento .....	179
2. Decisões embargáveis .....	179
3. Efeito modificativo .....	179
4. Ausência de contrarrazões .....	180
5. Requisitos de admissibilidade .....	180
5.1. Intrínsecos .....	180
5.2. Extrínsecos .....	180
6. Interrupção do prazo para interposição de outros recursos e utilização os embargos de declaração com a finalidade procrastinatória .....	181
7. Efeito suspensivo .....	182
8. Estrutura da peça .....	183
8.1. Considerações iniciais .....	183
8.2. Endereçamento – a quem se dirige? .....	183
8.3. Preâmbulo .....	183
8.4. Apontar a decisão objeto dos embargos de declaração .....	184
8.5. Vício da decisão embargada .....	184
8.6. Requerimento .....	184
9. Peça .....	184

## **Capítulo XII**

### **RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

1. Cabimento .....	186
2. Requisitos de admissibilidade .....	186
2.1. Requisitos de admissibilidade específicos (tanto do recurso especial quanto do recurso extraordinário) .....	186
2.1.1. Prequestionamento .....	186
2.2. Questão de direito e questão de fato .....	189
2.3 Causa decidida em única ou última instância .....	190
2.4. Requisitos de admissibilidade específicos do recurso extraordinário .....	191
2.4.1. Repercussão geral .....	191
2.4.1.1. Repercussão geral e suspensão de todos os processos pendentes .....	192
2.4.1.2. Violações à Constituição Federal .....	192
2.5. Requisitos de admissibilidade específicos do recurso especial .....	192

2.4. Requisitos de admissibilidade gerais do recurso especial e do recurso extraordinário .....	193
3. Efeitos do recurso especial e do recurso extraordinário .....	193
4. Processamento dos recursos especial e extraordinário .....	193
5. Estrutura da peça (recurso especial) .....	194
5.1. Endereçamento – a quem se dirige? .....	194
5.2. Preâmbulo .....	195
5.3. Demonstração do fato e do direito.....	195
5.4. A demonstração do cabimento do recurso interposto .....	196
5.5. As razões do pedido de reforma da decisão recorrida .....	196
5.6. Requerimento .....	196
6. Estrutura da peça (recurso extraordinário) .....	196
6.1. Endereçamento – a quem se dirige? .....	196
6.2. Preâmbulo .....	196
6.3. Demonstração do fato e do direito.....	197
6.4. A demonstração do cabimento do recurso interposto.....	197
6.5. As razões do pedido de reforma da decisão recorrida .....	198
6.6. Requerimento .....	198
7. Peças - Recurso Especial e Recurso Extraordinário .....	198

### Capítulo XIII

## PROCESSO DE EXECUÇÃO – TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAS

1. Fundamento legal .....	202
2. Finalidade.....	202
3. Cabimento .....	202
4. Foro competente .....	203
5. Legitimados.....	203
6. Procedimento .....	204
7. Execução por Quantia Certa .....	204
7.1 Citação e Fixação de Honorários.....	204
7.2 Certidão .....	204
7.3. Penhora.....	206
7.4. Possibilidade de penhora <i>on line</i> .....	207
7.5 Expropriação - Adjudicação .....	208
7.6 Expropriação - Alienação .....	208
7.7 Definição de Preço Vil .....	208
8. Execução para Entrega de Coisa .....	209
8.1 Citação e multa .....	209
9. Execução das Obrigações de Fazer ou de Não Fazer .....	209
9.1 Obrigação de Fazer .....	209
9.2 Obrigação de Não Fazer.....	209
10. Orientações para identificar a peça .....	209
11. Orientações para a confecção da peça .....	210
12. Estrutura da peça.....	210
13. Modelo de Peça .....	212

## **Capítulo XIV**

### **EMBARGOS À EXECUÇÃO**

1. Fundamento legal.....	214
2. Finalidade .....	214
3. Cabimento .....	214
4. Não depende de garantia da execução .....	214
5. Prazo.....	214
6. Foro competente.....	214
7. Legitimados .....	215
8. Procedimento .....	215
9. Os efeitos dos embargos .....	215
10. Apresentação de cálculos.....	215
11. Parcelamento Judicial.....	215
12. Orientações para identificar a peça .....	216
13 Orientações para a confecção da peça .....	216
14. Estrutura da peça .....	216
15. Modelo de Peça.....	218

## **Capítulo XV**

### **AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO**

1. Fundamento legal.....	220
2. Cabimento .....	220
3. Finalidade .....	220
3.1. Legitimados para propor a Ação Consignatória .....	220
4. Procedimento extrajudicial – possibilidade de depósito extrajudicial – obrigações em dinheiro .....	221
5. Procedimento Judicial .....	222
6. Foro competente.....	222
7. Processamento .....	222
8. Petição inicial.....	222
9. Contestação.....	223
10. Prazos .....	224
11. Orientações para identificar a peça .....	224
12. Orientações para a confecção da peça.....	224
13. Estrutura da peça .....	224
14. Peça .....	227



## Capítulo XVI AÇÃO MONITÓRIA

1. Fundamento legal .....	230
2. Cabimento .....	230
3. Finalidade.....	231
4. Foro competente .....	232
5. Legitimados para propor a Ação Monitória .....	232
6. Prova escrita sem eficácia de título executivo.....	232
7. Procedimento .....	233
8. Tutela da Evidência e Expedição do Mandado Monitório .....	233
9. Peculiaridades e inovações.....	233
10. Embargos à Ação Monitória .....	234
11. Orientações para identificar a peça .....	235
12. Orientações para a confecção da peça .....	235
13. Estrutura da peça .....	236
14. Modelo de Peça .....	238

## Capítulo XVII AÇÕES POSSESSÓRIAS

1. Fundamento Legal .....	241
2. Características.....	241
3. Posse Justa e Injusta .....	242
4. Fungibilidade das Ações Possessórias.....	243
5. Cumulação das Demandas.....	243
6. Caráter Dúplice .....	243
7. Discussão de Propriedade na pendência de Possessória.....	244
8. Ação de Força Nova e Ação de Força Velha.....	245
9. Litígios Coletivos .....	245
10. Da Manutenção e da Reintegração de Posse .....	246
11. Interdito Proibitório.....	247
12. Estrutura da peça .....	248
13. Modelo de Peça .....	250

## Capítulo XVIII MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO

1. Fundamento legal .....	252
2. Cabimento .....	252
3. Finalidade.....	253
4. Legitimados.....	253

5. Procedimento.....	255
6. Prazo.....	256
7. Destinatário – a quem se dirige.....	256
8. Recursos cabíveis.....	256
9. Possibilidade da Liminar .....	257
10. Não Cabimento de Liminar em Mandado de Segurança.....	258
11. Não Cabimento de Mandado de Segurança contra Lei em Tese .....	259
12. Denominação das partes.....	260
13. Verbo a ser adotado no preâmbulo .....	260
14. Verbo a ser adotado no pedido.....	260
15. Pedido .....	260
16. Peculiaridades .....	261
17. Orientações para identificar a peça .....	262
18. Orientações para a confecção da peça.....	262
19. Estrutura da peça .....	263
20. Modelo de Peça.....	265

**Capítulo XIX**  
**JUIZADO ESPECIAL ESTADUAL**  
**JUIZADO ESPECIAL FEDERAL**

1. Fundamento legal.....	268
2. Finalidade .....	268
3. Cabimento .....	268
4. Foro competente.....	270
5. As partes no juizado .....	270
6. Não-cabimento de intervenção de terceiros.....	271
7. Procedimento.....	271
8. A resposta do réu .....	272
9. Da fase probatória.....	272
10. A sentença .....	273
11. O Recurso Inominado .....	273
12. Embargos de declaração .....	274
13. Não-cabimento de Agravo de Instrumento.....	274
14. Não-cabimento de Recurso Especial – Súmula 203 do STJ .....	274
15. Cabimento de Recurso Extraordinário .....	275
16. Pedido de Uniformização .....	275
17. Enunciados FONAJE .....	276
18. Enunciados FONAJEF .....	287
19. Orientações para identificar a peça .....	302
20. Orientações para a confecção da peça.....	302
21. Estrutura da peça .....	302
22. Modelo de peça.....	304

**Capítulo XX**  
**JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA**

1. Fundamento legal .....	305
2. Finalidade .....	305
3. Cabimento .....	305
4. Competência Absoluta.....	305
5. As partes no juizado especial da Fazenda Pública .....	306
6. Deveres do Réu.....	306
7. Reexame Necessário .....	306
8. Da fase probatória – exame técnico .....	306
9. Cumprimento do acordo ou sentença – fazer, não fazer e entrega de coisa .....	306
10. Cumprimento do acordo ou sentença – quantia certa.....	307
11. O Recurso Inominado e as providências cautelares ou antecipatórias .....	307
12. Embargos de declaração.....	308
13. Não-cabimento de Recurso Especial – Súmula 203 do STJ.....	308
14. Cabimento de Recurso Extraordinário.....	308
15. Pedido de Uniformização – Turmas de Uniformização e a atuação do Superior Tribunal de Justiça .....	309
16. Enunciados FONAJE .....	309
17. Orientações para identificar a peça.....	311
18. Orientações para a confecção da peça.....	311
19. Estrutura da peça.....	312
20. Modelo de Peça .....	313

**Capítulo XXI**  
**AÇÃO DE DESPEJO/AÇÃO RENOVATÓRIA/ AÇÃO  
REVISIONAL DE ALUGUEL**

1. Ação de despejo .....	314
1.1. Fundamento legal .....	314
1.2. Finalidade.....	314
1.3. Petição inicial .....	314
1.3.1. Liminar para desocupação em 15 (quinze) dias (tutela antecipada) .....	314
1.3.2. Ciência do sublocatário e intervenção como assistente.....	315
1.3.2.1. Elisão da liminar no caso de despejo por falta de pagamento .....	315
1.3.3. Requisito da petição .....	315
1.3.4. Ações de despejo com locações ajustadas por escrito e com prazo superior a 30 (trinta) meses (art. 46).....	316
1.3.5. Ações de despejo com pedido para uso próprio, de seu cônjuge ou companheiro ou para uso residencial de ascendente ou descendente que não disponham de imóvel residencial próprio .....	316

1.3.6. Ação de despejo para demolição e edificação licenciada para a realização de obras aprovadas pelo Poder Público, que aumentem a área em, no mínimo, vinte por cento ou, se o imóvel for destinado a exploração de hotel ou pensão, em cinquenta por cento.....	316
1.4. Da cumulação do pedido de despejo com cobrança de aluguéis e acessórios da locação.....	316
1.5. Foro competente.....	317
1.6. Natureza da ação de despejo.....	317
1.7. Estrutura da peça.....	317
1.7.1. Endereçamento – a quem se dirige?.....	317
1.7.2. Preâmbulo.....	318
1.7.3. Exposição dos fatos.....	318
1.7.4. Do direito.....	319
1.7.5. Provas.....	319
1.7.6. Pedido.....	319
1.7.7. Valor da causa.....	319
2. Ação renovatória.....	319
2.1. Fundamento.....	319
2.1 Finalidade.....	320
2.2. Do direito à ação renovatória.....	320
2.3. Do prazo para ajuizamento da ação renovatória.....	321
2.4. Petição inicial.....	321
2.6. Procedência da ação renovatória.....	322
2.7. Improcedência da ação renovatória.....	322
2.8. Foro competente.....	322
2.9. Natureza da ação renovatória.....	322
2.10. Estrutura da peça.....	322
2.10.1. Endereçamento – a quem se dirige?.....	322
2.10.2. Preâmbulo.....	323
2.10.3. Exposição dos fatos.....	323
2.10.4. Do direito.....	324
2.10.5. Provas.....	324
2.10.6. Pedido.....	324
2.10.7. Valor da causa.....	324
3. Ação revisional de aluguel.....	324
3.1.Fundamento legal.....	324
3.2. Finalidade.....	325
3.3. Procedimento.....	325
3.4. Da fixação do aluguel.....	325
3.5. Foro competente.....	326
3.6. Natureza da ação revisional de aluguel.....	326
3.7. Estrutura da peça.....	326
3.7.1. Endereçamento – a quem se dirige?.....	326

3.7.2. Preâmbulo .....	326
3.7.3. Exposição dos fatos.....	327
3.7.4. Do direito .....	327
3.7.5. Provas .....	327
3.7.6. Pedido .....	328
3.8.9. Valor da causa.....	328
4. Peça processual .....	328

## Capítulo XXII

### **AÇÃO DE ALIMENTOS (LEI 5.478/68)**

1. Cabimento .....	331
2. Legitimidade .....	331
3. Pressupostos da obrigação alimentar.....	331
4. A distribuição dinâmica do ônus da prova no artigo 373, § 1º do NCPC e sua aplicabilidade nas ações de alimentos .....	331
5. Dos alimentos provisórios .....	335
6. Foro competente para processar a ação de alimentos .....	335
7. Contestação e audiência de conciliação e julgamento .....	335
8. Desconto em folha de pagamento .....	335
9. Estrutura da peça.....	336
9.1. Endereçamento – a quem se dirige? .....	336
9.2. Preâmbulo .....	336
9.3. Exposição dos fatos.....	327
9.4. Do direito .....	327
9.5. Provas .....	327
9.6. Pedido .....	327
9.7. Valor da causa.....	327
10. Peça processual .....	328

## Capítulo XXIII

### **AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS/AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS/AÇÃO PARA OFERTA DE ALIMENTOS**

1. Fundamento legal .....	340
2. Legitimidade .....	340
3. Pressupostos da obrigação alimentar.....	340
4. Distribuição do ônus da prova nas ações de alimentos.....	341
3.1. Alteração dos pressupostos ensejadores da obrigação alimentar .....	342
3.2. A teoria da carga dinâmica da prova nas ações de alimentos .....	342
3.3. Dos alimentos provisórios.....	345
3.4. Foro competente para processar a ação de alimentos .....	345